

MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO

(Duração: 90 minutos + 30 minutos de tolerância)

HISTÓRIA A – 11º ANO

(Cursos Científico-Humanísticos – Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de Março)

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 4 A EUROPA NOS SÉCULOS XVII E XVIII – SOCIEDADE, PODER E DINÂMICAS COLONIAIS</p>	<p>3. <u>Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII</u></p> <p>3.2. A hegemonia económica britânica: condições de sucesso e arranque industrial</p> <p>3.3. Portugal – dificuldades e crescimento económico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da crise comercial de finais do século XVII à apropriação do ouro brasileiro pelo mercado britânico. - A política económica e social pombalina. A prosperidade comercial de finais do século XVIII. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar a revolução agrícola inglesa. - Definir mercado nacional. - Explicar a importância do alargamento dos mercados. - Identificar os progressos do sistema financeiro. - Justificar a prioridade inglesa na revolução industrial. - Explicar a adopção de medidas mercantilistas em Portugal no último quartel do século XVII. - Relacionar o retrocesso das políticas mercantilistas com a descoberta do ouro brasileiro. - Integrar Portugal no contexto da economia-mundo centrada em Londres. - Caracterizar a política económica pombalina 	<p>1 x 30 pontos (um item de resposta obrigatória)</p> <p>1 x 50 pontos (dois itens em alternativa, sendo obrigatória a resposta a um deles)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 5 O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX</p>	<p>4. A implantação do liberalismo em Portugal</p> <p>4.1. Antecedentes e conjuntura (1807 a 1820)</p> <p>4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834); precariedade da legislação vintista de carácter socioeconómico; desagregação do império atlântico. Constituição de 1822 e Carta Constitucional de 1826</p> <p>4.3. O novo ordenamento político e socioeconómico (1834-1851): importância da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projectos setembrista e cabralista</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar a progressiva difusão dos ideais liberais na sociedade portuguesa do Antigo Regime. - Explicar os factores que conduziram às invasões francesas em Portugal no século XIX. - Relacionar as invasões francesas com a ida da Corte para o Brasil e a dominação inglesa em Portugal. - Justificar a Revolução Liberal de 1820. - Caracterizar a Constituição de 1822. - Justificar o fracasso do vintismo. - Caracterizar a Carta Constitucional de 1826. - Explicitar as dificuldades de implantação do liberalismo em Portugal. - Reconhecer a importância da obra legislativa de Mouzinho da Silveira. - Caracterizar o setembrismo. - Caracterizar o cabralismo. 	<p>2 x 30 pontos (dois itens de resposta obrigatória)</p>

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

Unidades temáticas ^(a)	Conteúdos ^(a)	Objectivos	Estrutura da prova e Cotações
<p>Módulo 6 A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL – ECONOMIA E SOCIEDADE; NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS</p>	<p>2. A sociedade industrial e urbana</p> <p>2.2. Unidade e diversidade da sociedade oitocentista</p> <ul style="list-style-type: none"> - A condição burguesa: proliferação do terciário e incremento das classes médias; valores e comportamentos. <p>A condição operária: salários e modos de vida. Associativismo e sindicalismo; as propostas socialistas de transformação revolucionária da sociedade.</p> <p>4. Portugal, uma sociedade capitalista dependente</p> <ul style="list-style-type: none"> - As transformações do regime político na viragem do século: os problemas da sociedade portuguesa e a contestação da monarquia; a solução republicana e parlamentar – a Primeira República. 	<ul style="list-style-type: none"> - Explicitar factores de unidade e de diversidade na sociedade de classes. - Evidenciar a heterogeneidade da burguesia. - Caracterizar o estatuto, valores e comportamentos da alta burguesia. - Caracterizar o estatuto, valores e comportamentos das classes médias. - Caracterizar as condições de vida e de trabalho do operariado. - Explicitar as formas de organização do movimento operário. - Sintetizar as ideias centrais das doutrinas socialistas. - Demonstrar a influência do marxismo no movimento operário. - Sintetizar as críticas ao regime monárquico português. - Sublinhar a importância política do 5 de Outubro de 1910. - Caracterizar o regime estabelecido pela Constituição de 1911. - Analisar a concretização do ideário republicano. 	<p>2 x 30 pontos (dois itens de resposta obrigatória)</p>
Total			200 Pontos

^(a) A numeração indicada nas unidades temáticas e na listagem de conteúdos respeita a constante no programa da disciplina.

MATRIZ DA PROVA DE EXAME A NÍVEL DE ESCOLA AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 357/2007, DE 29 DE OUTUBRO

HISTÓRIA A – 11º ANO

INDICAÇÕES GERAIS

OBJECTO DA AVALIAÇÃO

- A prova tem por referência o Programa de História A em vigor.
- A prova incide, exclusivamente, sobre os conteúdos de aprofundamento contidos na matriz e os conceitos estruturantes comuns fixados nos módulos que integram os programas de cada ano de escolaridade.
- A prova é composta por sete itens: cinco de resposta obrigatória e dois em alternativa, tendo o examinando de responder unicamente a um. Caso responda aos dois itens em alternativa, apenas será cotado o item que foi respondido em primeiro lugar.
- Todos os itens são introduzidos por documentação de natureza diversa relativa ao tema em análise.
- Todos os itens exigem a análise dos documentos apresentados.
- Os itens cotados com 50 pontos exigem maior desenvolvimento sendo aconselhável que sejam fornecidos ao aluno os tópicos de desenvolvimento.
- Em todos os itens, cerca de 10% da cotação é atribuída à comunicação em língua portuguesa.
- As cotações da prova encontram-se indicadas na matriz.
- A prova termina com a palavra FIM.

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

- A classificação da prova deve respeitar critérios gerais e critérios específicos.
- Os critérios gerais orientam a análise de todas as respostas. Os critérios específicos encontram-se adstritos a cada item.
- No âmbito da aplicação dos critérios gerais, devem ser respeitados os aspectos e procedimentos abaixo indicados.

1. Atribuição da classificação por níveis de desempenho

- Todas as classificações são atribuídas pela inserção da resposta do examinando num nível de desempenho, respeitante quer às competências próprias da disciplina de História, quer às competências de comunicação escrita em língua portuguesa.
- As classificações a atribuir a cada item são obrigatoriamente expressas num número inteiro de pontos.

2. Aplicação dos critérios gerais relativos à disciplina de História

- Todas as respostas devem ser analisadas, considerando os seguintes aspectos:
 - Relevância da resposta relativamente à questão formulada no item;

- Forma como a fonte é explorada, sendo valorizada a interpretação e não a mera paráfrase; correcção na transcrição de excertos das fontes e pertinência desses excertos como suporte de argumentos, sendo valorizada até 15% da cotação total da questão;
- Mobilização de informação circunscrita ao assunto em análise;
- Domínio da terminologia específica da disciplina.
- A resposta implausível ou irrelevante perante o solicitado no item e o estabelecido nos critérios específicos de classificação recebe classificação de zero pontos.
- Se a resposta contiver elementos errados de informação histórica não solicitada, estes só serão tidos em conta se forem contraditórios com elementos correctos no mesmo item. Nesta eventualidade, os elementos correctos não serão valorizados.

3. Aplicação dos critérios específicos relativos à disciplina de História

- Os critérios específicos de classificação serão definidos em função da prova a elaborar nas escolas mas deverão igualmente estruturar-se por níveis de desempenho, tendo em atenção as competências específicas enunciadas no programa da disciplina de História A.

4. Avaliação do desempenho na comunicação escrita em língua portuguesa

- Em todos os itens, para além das competências específicas da disciplina, são também avaliadas competências de comunicação em língua portuguesa, tendo em consideração os níveis de desempenho que a seguir se descrevem:

Nível 3 – Composição bem estruturada, sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de rigor de sentido.

Nível 2 – Composição razoavelmente estruturada, com alguns erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de sentido.

Nível 1 – Composição sem estruturação, com presença de erros graves de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, com perda frequente de inteligibilidade e/ou de sentido.